

Relator: Diretor Luiz Antonio de Sampaio Campos

Declaração de Voto do Presidente Marcelo Fernandez Trindade

Antes de passar-se à interpretação do disposto no § 1º do art. 111 da Lei n.º 6.404/76, entendo que deve ser analisada a natureza do dividendo atribuído às ações preferenciais de emissão da Café Solúvel Brasília S.A.

O art. 7º do estatuto social da companhia dispunha, até sua adaptação aos termos da Lei 10.303/01, que *"as ações preferenciais não têm direito a voto mas gozam de prioridade, na distribuição de um **dividendo mínimo** de 6% (seis por cento) ao ano sobre o lucro líquido do exercício e no reembolso do capital sem pr mio"*.

Assim, durante muitos anos as ações preferenciais da companhia foram negociadas no mercado com base na informação, constante de seu Estatuto, de que conferiam direito a um **dividendo mínimo**.

  verdade que o Estatuto, segundo a redação acima transcrita, não estipulava base de cáculo para o dividendo mínimo nos parâmetros habituais nessa modalidade de ações, como o valor nominal, ou do capital social atribuído às ações preferenciais, ou mesmo o valor patrimonial da ação (segundo pretende tornar regra o inciso I, (a), do § 1º do art. 17 da Lei 6.404/76, com a redação da Lei 10.303/01).

Mas será que a conseqüência advinda da estipulação do próprio lucro como base de cáculo do dividendo significava, na prática, a inexistência de um dividendo mínimo, como de maneira surpreendente vem a companhia a alegar, depois de tantos anos de promessa estatutária de um **dividendo mínimo**? Parece-me que não.

A estipulação do dividendo mínimo em determinada quantia, ou em percentual de um valor que independa do lucro para sua identificação (como o valor nominal ou o do capital social), assegura às ações preferenciais o recebimento de dividendos em qualquer caso, mesmo que com o consumo de todo o lucro apurado em determinado exercício (e se os dividendos forem cumulativos, com possibilidade de pagamento a débito das reservas de capital de que trata o art. 182, § 1º, da Lei 6.404/76, se prevista no estatuto).

Já a estipulação do dividendo mínimo como por  o determinada do lucro da companhia (como no caso concreto), assegura aos titulares de ações preferenciais o direito de receber tais dividendos mesmo se excedentes do dividendo obrigatório e, nas companhias em que este dividendo for superior ao mínimo (como é o caso), o direito de receber o dividendo mínimo mesmo nos exercícios em que seja deliberado, na forma do art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76, não distribuir o dividendo obrigatório.

Realmente tal prioridade   pequena, e mesmo acidental, mas o caso não trata, infelizmente, de situação excepcional nas companhias brasileiras. Tanto isto é verdade que o legislador vem reiteradamente tentando criar preferências efetivas para as ações preferenciais no Brasil, de início através da Lei 9.457/97, que determinou como regra geral que às ações preferenciais sem dividendo mínimo fossem atribuídos dividendos 10% superiores aos das ações ordinárias, e posteriormente pela Lei 10.303/01, que restringiu a emissão de ações para circulação no mercado de valores mobiliários àquelas que assegurem algumas das vantagens previstas na nova redação por ela dada ao § 1º do art. 17 da Lei 6404/76.

No caso concreto, entretanto, a companhia não são emitiu ações com a promessa de um dividendo mínimo, como não alterou o estatuto com o advento da Lei 9.457/97, reconhecendo mais uma vez publicamente que as ações preferenciais de sua emissão faziam jus a um dividendo mínimo, e não a dividendos 10% superiores aos das ações ordinárias.

Além disto, nos Formulários de Informações Anuais – IANs enviados à CVM referentes aos exercícios de 1998 a 2001, em especial aquelas tratadas no Grupo 6, Campos 12.1 e 12.2, estavam preenchidos os campos relativos ao Tipo de Dividendo Mínimo (Campo 12.2), o que revela ainda outra vez que a companhia se apresentou todo este tempo ao mercado como uma emissora de ações preferenciais com dividendo mínimo.

Assim, observado o disposto no estatuto social da companhia, e ainda, as informações constantes dos IANs enviados a esta CVM, e disponibilizados ao público em geral, entendo que não era possível ao mercado, notadamente aos acionistas que adquiriram tais ações preferenciais, conceber que não se tratavam de ações preferenciais com dividendos mínimos, e que portanto   descabido admitir-se, agora, que a companhia venha a sustentar a inexistência de dividendos mínimos em seu estatuto para o fim de impedir a incidência do art. 111, § 1º, da Lei 6.404/76, que assegura às ações com dividendo fixo ou mínimo o direito de adquirir direito de voto, caso tais dividendos não sejam pagos por tr s exercícios consecutivos (se menor período não for estabelecido no estatuto).

Dessa forma, divirjo do entendimento manifestado pelo Diretor Luiz Antonio de Sampaio Campos em seu voto, uma vez que, a meu ver, as ações preferenciais de emissão da companhia, por expressa disposição estatutária – corroborada nos formulários IANs tornados públicos -, faziam jus a um dividendo mínimo. Assim, aplica-se a tais ações preferenciais, a meu ver, indubitavelmente, o disposto no § 1º do art. 111 da Lei 6.404/76.

Finalmente, em consonância com o voto proferido pelo Diretor Luiz Antonio de Sampaio Campos em reunião do Colegiado realizada em 08.01.2003, em resposta à consulta formulada pela Superint ndencia de Relações com Empresas – SEP, divirjo do Voto da Diretora Norma Parente, no que se refere à interpretação do § 1º do art. 111 da Lei n.º 6.404/76, por entender que tal dispositivo aplica-se apenas às hipóteses em que as ações preferenciais tenham direito a dividendos fixos ou mínimos.

É como voto.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2004

MARCELO FERNANDEZ TRINDADE

Presidente